

NAÇÃO, ESPAÇO E CIÊNCIA: MARCOS DA TRAJETÓRIA INSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO¹

Luciene P. Carris Cardoso

lucienecarris@uol.com.br

Resumo: O artigo oferece uma síntese da trajetória institucional da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, no período compreendido entre a data de sua fundação (1883) e a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia em 1909. A associação pretendia constituir um espaço intelectual privilegiado, voltado para o estudo e a prática do saber geográfico no Brasil.

Abstract: This article synthesizes the institutional trajectory of the Rio de Janeiro Geographic Society (Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro) during the period between its foundation (1883) and the First Brazilian Geographic Congress, in 1909. This association intended to be an intellectual and privileged forum space, focused on the study and the practice for the geographical knowledge in Brazil.

Em 25 de fevereiro de 1883, fundou-se na capital do Império a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, por iniciativa do Senador Manuel Francisco Correia, *ilustre homem de Estado e educador*¹. O novo reduto acadêmico inspirava-se no modelo da Sociedade de Geografia de Paris, criada em 1821, tal como várias associações congêneres que se estabeleceram no continente americano, ao longo do século XIX, a exemplo da Sociedad Mexicana de Geografia y Estadística (1833), da American Geographical Society de Nova York (1852), e da Société de Géographie de Québec (1877). Essas entidades guardavam certas características comuns: pretendiam divulgar o conhecimento científico, por meio do intercâmbio de publicações, da participação em congressos, e da troca de correspondências com órgãos similares estrangeiros, sobretudo àqueles localizados na Europa. Seus objetivos se direcionavam para a organização dos espaços nacionais, de onde se pode inferir que as sociedades geográficas constituíam instrumentos específicos a serviço do Estado, uma vez que as informações levantadas e os trabalhos de campo realizados auxiliavam no reconhecimento do território.²

No caso da instituição francesa, cabe notar, a edição de uma revista especializada complementava as atividades científicas, divulgando relatos a respeito das descobertas de novos espaços geográficos, além de prestar homenagens aos exploradores que contribuíam para o avanço da disciplina, por meio de suas viagens a territórios desconhecidos. Em síntese, buscava-se (...) *"cooperar los progresos de la geografía; impulsa a que se emprendan viajes a los territorios desconocidos; propones y concede prêmios; establece correspondencia com las Sociedades sabias, los viajeros y los geógrafos; publica relaciones inéditas y libros, y hace grabar mapas"*³.

No Velho Mundo, a multiplicação das sociedades de geografia estava relacionada ao movimento neocolonista do século XIX, à necessidade de conhecer novas áreas, com vistas à exploração de matérias primas, ao incremento do comércio e ao escoamento da produção industrial. Isto sem falar na difusão da cultura européia. De um modo geral, pode-se mesmo afirmar que o incremento dos estudos geográficos acompanhou *pari passu* a expansão "imperialista", pois a conquista de um território implicava no levantamento dos respectivos aspectos físicos, potenciais riquezas e características da população nativa. As sociedades geográficas também seriam responsáveis pela publicação de dicionários, de estudos de campo, de monografias e de mapas.⁴

¹ O presente trabalho sintetiza a dissertação de mestrado: "Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: identidade e espaço nacional (1883-1909)", defendida em 2003 no Programa de Pós-Graduação em História Política, linha de pesquisa "Política e Sociedade", Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Mas, se por um lado existiam diferenças entre os propósitos das associações geográficas das potências européias, em comparação com as entidades congêneres da América Latina, em especial, a do Rio de Janeiro, por outro, havia entre todas essas agremiações um denominador comum: o interesse por viagens e explorações⁵.

De qualquer modo, o propósito de estabelecer o Brasil uma sociedade especializada, a exemplo do que já ocorria na Europa e em outros lugares do continente americano, representava um passo importante no sentido da institucionalização do saber geográfico, sistematizando o conhecimento disponível⁶. Até então, apesar da atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos esforços empreendidos por militares do Exército e da Marinha, o certo é que boa parte do território nacional ainda permanecia desconhecida.⁷ Não por acaso, nos quadros da Sociedade figuravam nomes do porte de Luiz Antonio von Hoonholtz, o Barão de Tefé, oficial da Armada, que durante a Guerra do Paraguai foi responsável pelos levantamentos hidrográficos realizados na bacia Paraná-Paraguai, e de Alfredo d'Escagnolle Taunay, o Visconde de Taunay que participou do mesmo episódio como ajudante da Comissão de Engenheiros, e se consagrou como memorialista do combate com a narrativa, *A retirada de Laguna*, de 1867. Vale ainda salientar outras figuras emblemáticas como Carlos César de Oliveira Sampaio, Antonio de Paula Freitas, André Gustavo Paulo de Frontin, Francisco Pereira Passos, Luiz Rafael Vieira Souto, engenheiros que estiveram à frente de inúmeros projetos como a construção de estradas de ferro e explorações geográficas, bem como na direção de obras relativas à higiene pública e ao saneamento urbano da Corte.

De acordo com os seus Estatutos, a Sociedade do Rio de Janeiro destinava-se: ao "*estudo, à discussão, às investigações e explorações científicas da geografia nos seus diferentes ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações; e com especialidade o estudo e conhecimento dos fatos e documentos concernentes à geografia do Brasil*"⁸. Os integrantes da recém-fundada associação tencionavam criar um espaço específico para o desenvolvimento da disciplina, o que de certo modo significava contribuir para ampliar o conhecimento geográfico no país. No seu entender, as duas associações existentes, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 e a Seção Filial da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, estabelecida em 1878, não poderiam ser considerados como verdadeiros núcleos de investigação, pois o primeiro se concentrava nos estudos históricos e a segunda não passava de uma sucursal da instituição portuguesa.

A princípio, para alcançar os objetivos determinados nos Estatutos, a Sociedade estruturou suas atividades acadêmicas através do funcionamento de quatro comissões científicas, a saber: geografia física que tratava das questões sobre as formações do solo, configuração dos vales, clima, rios, dimensões dos mares e altitudes de montanhas; geografia política, centrada no exame das organizações sociais e políticas dos Estados, língua, população, grau de civilização e riquezas; geografia matemática, direcionada para o estudo da descrição da Terra como planeta, formas e relações com os corpos celestes, marcação de posições e representação de sua superfície sobre cartas ou mapas geográficos; e geografia americanista, que privilegiava como objeto de estudo as tribos indígenas do Novo Mundo e suas culturas.

A fim de melhor organizar os trabalhos acadêmicos, bem como normatizar a aceitação de documentos, mapas e memórias científicas para publicação, a Sociedade preparou um "Questionário Geográfico", divulgado pelo *Jornal do Commercio*. No fundo, tratava-se de uma espécie de guia para os interessados, pois determinava os temas de estudo considerados mais relevantes pela associação. Ao mesmo tempo, por meio da sua difusão na imprensa, buscava-se atrair novos associados. O "Questionário" compreendia um conjunto de vinte e seis tópicos, entre os quais se destacavam: os aspectos físicos gerais e suas descrições; a estatística geral da população brasileira; os limites geográficos; o comércio regional; as tribos, as suas localizações e seus costumes; fenômenos meteorológicos; a climatologia; além de roteiros, memórias, descrições de viagens e por fim se pretendia produzir um dicionário de termos geográficos.

Tal qual acontecia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁹, as reuniões ordinárias da Sociedade seguiam um roteiro formal: aprovação da ata da sessão anterior; exame de cartas, publicações, documentos e demais papéis recebidos. Ao expediente, seguia-se a ordem do dia, momento em que eram dirigidos à mesa diretora, pareceres, proposições e processos de admissão

de novos associados. Na segunda parte da ordem do dia, os sócios presentes poderiam pedir a palavra e fazer a leitura de novas obras ou dissertar sobre qualquer assunto de interesse da instituição, o que se estendia, às vezes, por mais de uma sessão.

A Sociedade desfrutava do apreço do imperador D. Pedro II, do mesmo modo que outros redutos intelectuais, a exemplo do Instituto Histórico, do Instituto da Ordem dos Advogados e da Academia de Medicina, apesar de oficialmente não receber quaisquer subsídios. Suas sessões foram freqüentadas tanto pelo monarca, quanto por membros da Família Imperial, como o Conde D'Eu, a Princesa Isabel e o Príncipe D. Pedro Augusto. Mas, com a queda da monarquia, a associação passou por uma série de percalços, a começar pelo atraso e depois a paralisação da edição de suas revistas entre os anos 1902 e 1906, devido à escassez de recursos. Em outros momentos, face às atribulações políticas que marcaram os primeiros anos da República, faltava quorum suficiente para a realização de suas reuniões.

A par disso, a Sociedade seria identificada como um órgão do Antigo Regime. Isto se personificava na figura de José Lustosa da Cunha Paranaguá, o Marquês de Paranaguá, que presidiu a instituição por quase trinta anos consecutivos, ou seja, desde a fundação até 1912, ano em que faleceu. Ainda que não fosse um vulto de destaque no cenário intelectual e científico do Império, Paranaguá cumpriu trajetória política destacada: presidiu diversas províncias, elegeu-se deputado sucessivas vezes, ingressou no Senado, e desempenhou as funções de titular das pastas do Império, da Guerra, da Fazenda, dos Estrangeiros, além de exercer a presidência do Conselho. Após a proclamação de 15 de novembro de 1889, optou por afastar-se da vida pública.

Apesar desse distanciamento, o Marquês de Paranaguá sofreu forte perseguição por parte dos novos donos do poder, inclusive com a violação das suas correspondências pessoais. Em certa ocasião, recebeu intimação de Floriano Peixoto, o *Marechal de Ferro*, a "prestar alguns esclarecimentos" sobre sua conduta política. Aconselhado a se retirar da capital pelo ex-ministro e antigo correligionário José Antonio Saraiva, Paranaguá não esmoreceu. Decidiu permanecer no Rio de Janeiro, na capital, fiel aos seus princípios políticos, à frente da Sociedade de Geografia.

Dentre as principais iniciativas tomadas pelo reduto intelectual no período 1883-1909, salientam-se: a transferência do meteorito de Bendegó (1887), da Bahia para o Museu Nacional, sob a orientação dos sócios, os engenheiros José Carlos de Carvalho, Humberto Antunes e Vicente José de Carvalho; a exploração da província do Mato Grosso por uma comissão chefiada pelo capitão Antonio Lourenço Telles Pires (1888); a primeira Exposição de Geografia Sul-Americana (1889), que teve lugar na Escola Politécnica; a organização da Terceira Reunião do Congresso Latino Americano (1905), e a convocação do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia (1909).

Diversos cientistas e exploradores de renome, estrangeiros e nacionais, proferiram conferências nas salas da Sociedade, tais como: o geógrafo francês Élisée Réclus, o naturalista alemão Carl von den Steinen, o professor de etnologia da Universidade de Gênova, Giovanni Rossi e o explorador e oceanógrafo francês Jean Charcot. Dentre os brasileiros, há que se salientar o Barão Homem de Mello, Antonio de Paula Freitas, o Barão de Teffé, José de Carvalho, Paulo de Frontin, Francisco Antonio Pimenta Bueno, Francisco Maurício Draenert, Lourenço Baeta Neves, Henrique Silva e José Arthur Boiteux, dentre outros.

Em 1905, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro começaria a recuperar o prestígio perdido. Naquele ano, sob a sua coordenação, realizou-se a Terceira Reunião do Congresso Científico Latino Americano no Rio de Janeiro (o 1º Congresso foi realizado na Argentina em 1898 e o Segundo no Uruguai em 1901). O evento contou com a participação e a colaboração de diversas instituições científicas e culturais, nacionais e estrangeiras, com representantes de treze países da América Latina.

Valendo-se de um discurso que privilegiava a cooperação científica entre as nações latinas, a Terceira Reunião serviu de palco para debates de política externa. Havia uma preocupação de se instaurar um fórum permanente no continente, à semelhança do que já existia na Europa. Os participantes, dentre outros temas, aproveitaram a oportunidade para levantar a questão da demarcação das fronteiras, sugerindo a elaboração de um "mapa geral dos países latino-americanos". Outras questões postas em pauta contemplavam: o desenvolvimento de pesquisas em energia hidráulica; a preservação das florestas; a discussão de projetos de ligação entre os rios da Prata, Amazonas e Orinoco; o aprimoramento das estradas de ferro, bem como o progresso das ciências médicas¹⁰.

No caso brasileiro, tratava-se de um evento oficial patrocinado pelo governo, com o propósito de (...) "*demonstrar para as delegações estrangeiras, o esforço (brasileiro) para a constituição de uma identidade mais americana do que latina para o Brasil e a importância da cooperação política entre os países.*"¹¹ Em relação à Sociedade propriamente dita, vale destacar a importância da instituição enquanto espaço especializado para discutir a importância da ciência na construção da identidade nacional.

Os preparativos para a Terceira Reunião começaram a ser realizados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1901 com a presença do Ministro do Uruguai no Brasil, Frederico Susviela Guarch. Em 1902, as sessões passaram para o âmbito da Sociedade, que ganhou o "status" de sede do evento, ficando sob a sua responsabilidade a elaboração do regulamento e da programação, a emissão de circulares, boletins e fichas de inscrição. Além disso, a entidade procurou garantir que o Governo custeasse todas as despesas, o que foi aprovado por meio de um decreto, assinado pelo então presidente Rodrigues Alves.

A jornada científica foi dividida em dez seções de trabalho, a saber: matemática pura e aplicada, ciências físicas, ciências naturais, engenharia, ciências médicas e cirúrgicas, medicina pública, ciências antropológicas, ciências jurídicas e sociais, ciências pedagógicas, agronomia e zootecnia. Para cada seção havia um comitê científico. De acordo com a área do conhecimento, as reuniões realizavam-se em espaços diversificados, a exemplo do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e da Escola Politécnica.

Outro evento de grande importância para história da Sociedade foi a convocação do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia em 1909, a propósito de comemorar os oitenta e sete anos da independência nacional. Sessenta e oito instituições brasileiras participaram do Congresso, representando quatorze estados. A maior incidência recaiu sobre os estados do sul e do sudeste, além da presença significativa de delegados de colégios de ensino secundário do país. A presidência da comissão executiva do evento coube ao general Gregório Thaumaturgo de Azevedo¹², que na abertura oficial da reunião científica pronunciou um discurso em que destacava os vinte e seis anos de atividades da Sociedade, ao mesmo tempo em que criticava o "*indiferentismo dos que ignoram a utilidade da sua existência para o desenvolvimento do Brasil, em suas múltiplas relações sociais, políticas, industriais e econômicas.*"¹³ Para Thaumaturgo de Azevedo, o país se comparava a um "Éden Bíblico". Porém, ponderava, para uma nação independente há oitenta e sete anos estar a par dos avanços científicos seria necessário implementar um processo contínuo de "maiores e permanentes investigações", com vistas ao reconhecimento e à exploração dos recursos naturais disponíveis:

*"Se nos países de vetusta civilização e território pouco extenso muito há ainda que descobrir e conhecer, que diremos do Brasil, país novo, de vastidão não demarcada, mas avaliada em cerca de nove milhões de quilômetros quadrados (...), guardando depósitos sagrados de riquezas incomensuráveis, de fauna e flora que não existem em nenhuma outra parte do universo (...)."*¹⁴

Os congressos científicos e as sociedades de geografia, no seu entender, contribuíam, sobretudo, para o intercâmbio de informações, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em especial, a Sociedade. Inspirados nos clássicos, Thaumaturgo ressaltava a importância das descrições de viagem e dos dicionários topográficos. Atribuía ao Barão de Humboldt e ao francês Élisée Réclus o desenvolvimento da geografia em bases científicas, ao mesmo tempo em que considerava determinantes as inovações tecnológicas, como o telégrafo e a ampliação das vias de comunicação, como meios de legitimação da geografia enquanto ciência:

*(...) "a geografia descreve a constituição física da terra, ensina os meios científicos de medi-la e representá-la, comparando-a com os corpos celestes, explica os estados da estrutura do solo, nas diferentes épocas da sua formação, e faz conhecer os diversos aspectos da vida na sua superfície, facilitando as alterações de povo a povo, em todos os ramos da sua atividade."*¹⁵

O Congresso compreendia doze seções de trabalho, e para cada uma delas havia uma comissão científica, encarregada de avaliar o mérito das memórias, mapas, monografias ou demais

contribuições enviadas. Os anais ou os relatórios de uma reunião científica são considerados a memória do evento: sintetizam as conclusões de um grupo de estudiosos ou profissionais de uma determinada área do conhecimento. No caso específico aqui tratado, os Anais do Primeiro Congresso de Geografia, editados em doze volumes, demonstram os avanços da disciplina. As comissões científicas eram: geografia matemática e cartografia; geografia física e política; vulcanologia e sismologia; hidrografia, potamografia e limnologia¹⁶; oceanografia e correntes marítimas; meteorologia, climatologia e magnetismo; geografia biológica, geografia botânica e zoogeografia; antropologia e etnografia; geografia econômica e social; ensino de geografia, regra e nomenclatura; geografia histórica e explorações geográficas. De um total de cento e oito comunicações apresentadas, apenas trinta e três foram escolhidas para a publicação.

As resoluções do Primeiro Congresso basearam-se nos trabalhos expostos e nas discussões travadas durante as sessões científicas. A primeira resolução previa a organização periódica de um congresso anual de geografia, sempre na data do aniversário da Independência do Brasil. Assim, de imediato, planejou-se convocar um segundo congresso para 1910, a ser realizado na cidade de São Paulo. Também se cogitou a possibilidade de oferecer dois prêmios às melhores contribuições apresentadas¹⁷.

A análise dos Anais demonstra que alguns temas se sobressaíram: a revisão da nomenclatura dos acidentes geográficos, a reforma do ensino de geografia e a necessidade de maior precisão no preparo de mapas cartográficos. Outra questão apontada em vários trabalhos era a necessidade de maiores informações sobre o *hinterland* brasileiro. A este exemplo, vale ressaltar a monografia de Antônio Martins de Azevedo Pimentel, intitulada "*Notícias curiosas sobre a geografia física do Brasil Central*", aprovada pela Comissão de Geografia Física e Política, dirigida pelo Barão Homem de Mello. O trabalho, dividido em três partes e enriquecido de um mapa do planalto central do Brasil, apresentava a descrição das partes físicas e ressaltava a carência de informações sobre a região, principalmente pela falta de explorações geográficas regulares. No entender de Azevedo Pimentel:

*(...) "desta falta de exato conhecimento de grande parte do Brasil Central, muitos dos prejuízos podem advir, e entre eles se destacam: o desânimo da navegação interior dos nossos grandes, e às vezes, gigantescos rios; o desconhecimento de uma vasta região muito saudável e fertilíssima (...)"*¹⁸

É claramente visível o esforço da associação para dar à geografia no Brasil padrões científicos, seguindo as recomendações do Congresso Geográfico Internacional de Genebra. Este esforço implicava não só na continuidade das atividades de gabinetes, mas também no incremento dos estudos de campo e na reforma dos programas escolares. Neste sentido, além da proposta de novos métodos de ensino e de elaboração de trabalhos mais precisos, como a Carta Geral do Brasil, salientava-se a necessidade de criação de uma cadeira de Geografia Física nos cursos universitários. Em que pese o caráter científico dessas medidas apresentadas ao Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, chama a atenção o seu lado pragmático, comprometido com o propósito de contribuir para descortinar o país aos seus habitantes, promovendo a ocupação de suas terras e a exploração de suas riquezas.

A Sociedade desenvolveu um projeto acadêmico direcionado para os interesses do Estado, sistematizando os conhecimentos geográficos disponíveis, de modo a minimizar os problemas decorrentes da formação de um país recém-independente. Tal projeto, iniciado nos últimos anos do regime imperial, teve continuidade com o advento da República. Embora, num primeiro momento, os novos donos do poder tivessem encarado o grêmio como um órgão do Antigo Regime. Por um lado, os associados evidenciavam familiaridade com as idéias defendidas pelos principais expoentes europeus no campo da geografia oitocentista, tais como Humboldt, Ritter, Ratzel e Élisée Réclus, por outro, trataram de adaptá-las e aperfeiçoá-las aos seus propósitos, isto é, servir ao Estado, tal como desejava o General Thaumaturgo de Azevedo. Se nos primeiros anos de atuação, o reduto científico atuou como um "grande repositório de informações e documentos", num segundo momento, esse manancial de dados seria utilizado para reforçar a compreensão dos problemas nacionais, como fica evidente nas resoluções do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia.

¹ Cf. HERMES, João Severiano Fonseca. "Como foi fundada a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro: IBGE, *Revista Brasileira de Geografia*, 1946.

² LÓPEZ-ÓCON, Leoncio. "Les Sociétés de Géographie: un instrument de diffusion scientifique en Amérique Latine au début du XXe. Siècle". In: *Les Sciences Hors d'Occident au XXe. Siècle*. Paris: Unesco, 1994. p. 79- 85.

³ CAPEL, Horácio. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Editorial Barcanova, 1981. p.176.

⁴ Idem.

⁵ Idem, p. 175.

⁶ As discussões sobre a definição deste conhecimento remontam à Antiguidade Clássica. No século XIX, a ambigüidade definia-se pelo cruzamento entre as mais variadas ciências, a exemplo da astronomia, da matemática e da botânica, entre outros saberes. Cabe salientar que o *diletantismo* era uma característica marcante dos intelectuais brasileiros oitocentistas, dispersa entre as diversas instituições instauradas, como as sociedades científicas e as faculdades de Direito, Medicina ou Engenharia. Sobre este assunto, ver: MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002 e COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁷ Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria P. "Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". *Revista do IHGB*, 388 (156), jul./set., 1995.

⁸ Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, "Estatutos da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro", t. 1. n. 1, 1885. p. 191.

⁹ Sobre a estrutura e funcionamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ver GUIMARÃES, Lucia Maria P. "Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". *Revista do IHGB*, 388 (156): 483-485, jul./set., 1995.

¹⁰ ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *Terceira Reunião do Congresso Científico Latino Americano: ciência e política*./Ana Maria Ribeiro de Andrade (coord.). Brasília: CGEE; Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2002. p. 79.

¹¹ Idem, p. 38.

¹² Gregório Thaumaturgo de Azevedo desempenhou várias funções como militar e político. Foi governador dos estados de Piauí (1889-1890) e do Amazonas (1891-1892) e em 1895 foi incumbido da função de chefiar a Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia (1895-1897).

¹³ Discurso do General Thaumaturgo de Azevedo na sessão inaugural do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia em 07/07/1909. *Relatório Geral do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1910. p. 138.

¹⁴ Idem, p.141.

¹⁵ Idem, p.139.

¹⁶ Potamografia, parte da geografia que estuda os rios e Limnologia parte da biologia que estuda os águas doces e seus organismos. Cf. SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813.

¹⁷ Foram organizados dez congressos de geografia pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, entre os anos de 1909 e 1944.

¹⁸ PIMENTEL, Antônio Martins de Azevedo. "Notícias curiosas sobre a geografia física do Brasil Central". In: *Anais do 1º. Congresso Brasileiro de Geografia: Trabalhos da Comissão de Geografia Física e Política*. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1910. p. 50